

ÁGUAS DE CHUVA

Engenharia das águas pluviais nas cidades

4ª edição revista e ampliada

MANOEL HENRIQUE CAMPOS BOTELHO

Blucher



MANOEL HENRIQUE CAMPOS BOTELHO

Eng. Civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

Águas de chuva

Engenharia das águas pluviais nas cidades

4ª edição revista e ampliada

Colaboração especial:
ARQ. ANGELO S. FILARDO JÚNIOR

Apoio Associação Brasileira dos Fabricantes de Tubos de Concreto (ABTC) Águas de chuva: engenharia das águas pluviais nas cidades

© 2017 Manoel Henrique Campos Botelho

4ª edicão – 2017

3ª edicão – 2011

2ª edicão - 1998

1ª edicão - 1985

Editora Edgard Blücher Ltda.

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar 04531-012 - São Paulo - SP - Brasil Tel.: 55 (11) 3078-5366 contato@blucher.com.br www.blucher.com.br

Segundo Novo Acordo Ortográfico, conforme 5. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Botelho, Manoel Henrique Campos

Águas de chuva : engenharia das águas pluviais nas cidades / Manoel Henrique Campos Botelho; colaboração especial Angelo S. Filardo Júnior – 4. ed. rev. e ampl. – São Paulo : Blucher, 2017.

344 p.: il.

ISBN 978-85-212-1227-0

1. Água pluviais 2. Escoamento urbano I. Filardo Júnior, Angelo S. II. Título

17-0987

CDD 628.21

Índice para catálogo sistemático: 1. Águas pluviais: Sistemas de escoamento: Engenharia Sanitária 628.21

Conteúdo

1	Explicando as necessidades e funções dos sistemas de águas pluviais nas cidades
	1.1 Introdução
	1.2 Evolui a cidade, altera-se a função do sistema pluvial
2	Uma polêmica sobre o traçado das cidades. Duas concepções urbanísticas antagônicas. Parques públicos junto às margens dos rios ou avenidas de fundos de vale
3	Elementos constituintes de um adequado sistema pluvial urbano
	3.1 O traçado correto da cidade
	3.2 Liberação de fundos de vale
	3.3 A calha viária das ruas
	3.4 Guias, sarjetas, sarjetões e rasgos
	3.5 Dispositivos de captação e direcionamento de águas pluviais: bocas de lobo, bocas de leão, grelhas, ralos, bocas de lobo contínuas, canaletas de topo e de pé de talude
	3.6 Tubos e galerias de condução de águas pluviais
	3.7 Poços de visita. Tampões e grelhas
	3.8 Rampas e escadarias hidráulicas
	3.9 Dispositivos de chegada de águas pluviais em córregos e rios
	3.10 Revestimento de taludes
4	Aspectos legais quanto às águas pluviais. Código Civil e legislações municipais
	4.1 Extratos do Código Civil (Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002) sobre sistemas de águas pluviais, prediais e urbanos
5	Patologias do sistema pluvial. Erros de projeto, erros de construção, falta de manutenção
	5.1 Introdução
	5.2 Exemplos de problemas em sistemas pluviais

6	Especificações para projeto de sistemas pluviais	67
	6.1 Algumas palavras filosóficas	67
	6.2 Precipitação e cálculo de vazões	69
	6.3 Fixação da capacidade hidráulica de condução das ruas e sarjetas	71
	6.4 Captação de águas pluviais por bocas de lobo, bocas de leão e	
	caixas com grelhas	75
	6.5 Ligação das bocas de lobo à canalização principal	76
	6.6 Canalização principal	76
	6.7 Exemplos de projeto de um sistema pluvial	79
7	Especificações de construção dos sistemas pluviais	87
	7.1 Localização da obra	87
	7.2 Abertura da vala	88
	7.3 Escoramento da vala	89
	7.4 Esgotamento da vala	89
	7.5 Execução do lastro dos tubos	93
	7.6 Fornecimento, recebimento e assentamento de tubos	93
	7.7 Poços de visita (PV)	95
	7.8 Argamassas de uso geral	95
	7.9 Alvenaria de tijolos ou blocos de concreto	96
	7.10 Concreto	96
	7.11 Reaterro da vala	96
	7.12 Repavimentação	96
	7.13 Guias, sarjetas e sarjetões	96
	7.14 Plantio de placas de grama para proteção de taludes contra	
	erosões hidráulicas	97
	7.15 Canaleta de topo e de pé de talude	97
	7.16 Fornecimento de peças de ferro fundido cinzento (tampões de	
	grelhas)	98
	7.17 Testes hidráulicos de funcionamento	98
8	Calçadões, as incríveis ruas sem calha	99
	8.1 Preliminares	99
	8.2 Critérios adotados em projetos de calçadões	101
9	Curiosos e diferentes sistemas de águas pluviais: sistemas alternativos	103
	9.1 Sistema afogado	103
	9.2 O sistema ligando boca de lobo a boca de lobo	104
	9.3 Bocas de lobo sifonadas	104
	9.4 Sistema com microrreservatórios	105
	9.5 Galeria técnica de serviços	105

Conteúdo 1.	5
-------------	---

	9.6 Construções pluviais com materiais alternativos	106
	9.7 Tubulação pluvial captora de águas pluviais	107
9.8 É possível funcionar sistemas pluviais e	9.8 É possível funcionar sistemas pluviais em loteamentos com ruas sem pavimentação? Veja como isso é possível	108
Anex	KOS	
A	Elementos de hidrologia	109
В	Uma viagem à hidráulica de canais	119
С	Normas e especificações	157
D	Fotos	159
Ε	Explicando as necessidades e funções dos sistemas de águas pluviais	
	nas cidades	169
F	Problemas sanitários e de meio ambiente relacionados com as chuvas	177
G	Dissipador de energia	179
Н	Uma viga chapéu diferente	181
I	Bibliografia de aprofundamento	183
J	Execução de obras	189
K	Drenagem em rodovias não pavimentadas	217
Com	plementos	
Ι	A importância da drenagem, macrodrenagem, microdrenagem,	
	drenagem profunda e drenagem subsuperficial. Entidades	235
II	Normas da ABNT para sistemas pluviais e assuntos correlatos	237
III	Drenagem profunda (subsuperficial) de solos	239
IV	Softwares ligados à engenharia pluvial	249
V	Tendências de compreensão do funcionamento autônomo ou conjugado	
	da rede pluvial e da rede de esgotos sanitários	251
VI	Os piscinões nos sistemas pluviais urbanos	257
VII	Curva de 100 anos como instrumento de se evitar ou minimizar inundações em áreas urbanas	263
VIII	Indicação de trabalho (paper) sobre doenças relacionadas à	
	precariedade dos sistemas de drenagem pluvial	267
IX	Retificação e canalização de córregos urbanos	269
X	Pôlders em áreas urbanas. Os casos do Jardim Romano e do Jardim Pantanal, na Zona Leste da cidade de São Paulo – SP	273
XI	Avenidas mais baixas que seus rios laterais	275
XII	Canais pluviais de Santos – SP	277

Águas de chuva

XIII	Assoreamento e dragagem de rios e lagos	283
XIV	Desassoreamento de lagos urbanos. Cuidados sanitários e ambientais.	
	O caso do lago do Parque do Ibirapuera, São Paulo – SP	287
XV	Análise de uma situação de emergência envolvendo recursos hídricos	
	e obras hidráulicas	291
XVI	Simbologia para desenhos e documentos pluviais. Identificação	
	e localização de poços de visita	295
XVII	Reprodução de artigo histórico sobre chuvas e a poluição das águas	297
XVIII	Crônicas pluviais	303
XIX	Técnica e recomendações	311
Índice	e remissivo	341
Comu	ınicação com o autor	343

Capítulo 1

Explicando as necessidades e funções dos sistemas de águas pluviais nas cidades

1.1 Introdução¹

Era uma vez uma grande área livre próxima a uma cidade que crescia. Essa área era coberta de vegetação e sulcada por cursos de água. Sua forma, sua conformação, era o resultado de milênios de anos de transformação. A ação da chuva e dos ventos a moldara na sua secção de "melhor equilíbrio" (a mais estável) e que resultara do equilíbrio de ações erosivas *versus* sua constituição ou natureza (sua topografia e sua geologia).

Um dia, a cidade se aproximou dessa área, a área se valorizou e decidiu-se urbanizá-la e loteá-la.

A urbanização e o loteamento de uma área significam na prática:

- a) retirar considerável parte de sua vegetação (que a protegia da ação erosiva das águas pluviais);
- b) abrir ruas, fazendo-se cortes e aterros;
- c) criar *plateau* para as edificações;
- d) edificar nos lotes;
- e) pavimentar ruas;
- f) colocar gente na área.

Cria-se, pois, uma nova situação, que não tem mais nada a ver com a milênica situação de equilíbrio anterior. Mas as águas de chuva continuarão a cair na área e escoarão por ela.

¹ Como informação introdutória, não existe na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), até maio de 2017, uma norma de projeto de sistemas pluviais urbanos.

Essas águas de chuva, ao escoarem, seguirão caminhos próprios e independentes dos desejos dos novos ocupantes da região.

Se não forem tomados cuidados na área recém-urbanizada, poderão acontecer:

- erosões nos terrenos;
- desbarrancamentos:
- altas velocidades das águas nas ruas, danificando pavimentos;
- criação de pontos baixos onde a água se acumulará;
- ocupação por prédios de locais de escoamento natural das águas (pontos baixos e fundos de vale). A ocupação desses locais impede a água de escoar, exigindo obras posteriores de correção;
- assoreamento dos córregos pelo acúmulo de material erodido dos terrenos.

Todos esses fenômenos são agravados pela impermeabilização da área. As vazões pluviais (superficiais), que ocorrerão, serão então muito maiores que as que antes ocorriam, pois, antes, significativa parte das águas, ao cair, se infiltrava no terreno, e, agora, com a impermeabilização, a maior parte das águas corre pela superfície, sem poder se infiltrar.

Tudo isso vai ocorrer em maior ou menor escala e dependendo dos cuidados a tomar no tipo de urbanização a ser adotado.

Dependendo, pois, do tipo de urbanização adotado, poderemos ter as seguintes alternativas:

Alternativa A

Projetar-se um tipo de urbanização que "respeite" as características topográficas e geológicas da área, resultando que, com pequenas obras de correção e direcionamento, se evitem danos maiores.

Alternativa B

Adota-se um tipo de urbanização sem atender às características naturais do terreno e ao mesmo tempo fazem-se custosas obras de proteção (muros de arrimo, complexo sistema pluvial, canalização de córregos). As consequências não são danosas, mas o custo das obras é vultoso.

Alternativa C

Adotar-se um tipo de urbanização sem atender às vocações do terreno, não se fazendo as obras de contenção. As consequências desta alternativa serão danosas e também perigosas.

Os custos das futuras obras de recuperação serão altos e, às vezes, quase proibitivos.

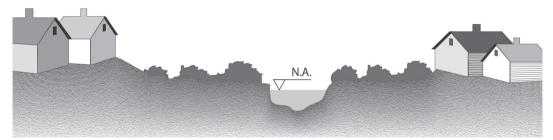
A Alternativa C tem sido, reconhecemos, infelizmente a mais adotada das práticas.

O presente livro procura dar subsídios, fornecer critérios de urbanização e elementos para orientar tecnicamente a implantação das Alternativas A e B.

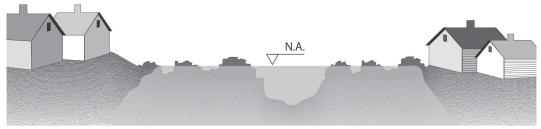
A gerência de águas pluviais urbanas deve levar em conta, portanto:

- a topografia e a geologia da área;
- os tipos de urbanização das ruas a implantar;
- a proteção contra erosões:
- a proteção aos pavimentos;
- a redução do alagamento das ruas pela passagem das águas:
- eliminação de pontos baixos de acumulação de água;
- a diminuição das inundações.

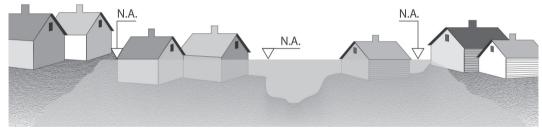
Notar que rios e riachos sempre têm *enchentes periódicas*. Só ocorrem *inundações* quando a área natural de passagem da *enchente* de um rio foi ocupada para conter uma avenida (avenida de fundo de vale) ou foi ocupada por prédios.



Rio na vazante.



Rio na enchente, várzea não ocupada, não há inundação.



Rio na enchente, casas na várzea, há inundação.

Assim, poder-se-á dizer que todo curso de água tem *enchente*. Quando *inunda* é porque a urbanização falhou.

O estudo de águas pluviais de uma cidade não pode se limitar a apreciar tão somente os aspectos hidrológicos e hidráulicos, pois assim estaríamos caindo na Alternativa B, ou seja, dada uma urbanização a implantar e dada a topografia e geologia da área, como protegê-la a qualquer custo.

A gerência das águas pluviais nas cidades deve abranger todos os aspectos urbanos, para que se possam utilizar áreas sem incorrer em altos custos de construção. Dessa maneira, o sistema pluvial a se projetar em novas áreas deverá estar integrado aos demais aspectos de uso adequado do solo urbano.

O autor deste livro não esconde, pois, sua simpatia pela Alternativa A.

Quando o sistema pluvial é projetado para uma área já urbanizada, com urbanização feita sem maiores cuidados, o sistema pluvial será corretivo. Seus frutos serão possivelmente menores e os custos das obras serão mais altos.

1.2 Evolui a cidade, altera-se a função do sistema pluvial

Admitamos que a área livre em questão foi loteada dentro da Alternativa C. Aconteceram, então, erosões no terreno. Face a isso, perderam-se lotes, os córregos foram assoreados pelo material erodido carreado pelas enxurradas, mas mesmo assim o loteamento foi sendo ocupado e lotes foram sendo edificados.

Face a tudo isso, a área foi sendo impermeabilizada e aumentaram os picos de vazão pluvial que correm pelas ruas, pelas dificuldades de infiltração das águas. Devido a isso, em alguns locais as enxurradas aumentadas aceleram as erosões.

Com o tempo, a prefeitura interviu parcialmente na área, corrigiu o traçado das ruas bastante transformado pelas erosões, pavimentou o sistema viário e criou o sistema pluvial. Alguns lotes fortemente erodidos se perderam, resultando grotas que se estabilizaram com o tempo, estabilidade esta contra a erosão ajudada pela vegetação que voltara a crescer.

Portanto, a um alto custo social, a região progressivamente cicatriza-se e equilibra-se, e a ocupação dos lotes remanescentes completa-se quase que totalmente.

Com a área agora quase que totalmente urbanizada, os picos de vazão nas ruas aumentam ainda mais, criam-se novas necessidades de galerias pluviais e os rios da região começam agora a inundar áreas nunca dantes inundadas.

Os esgotos sanitários não coletados correm pelas sarjetas, entram nas bocas de lobo e chegam a esses córregos.

Entra novamente a prefeitura para tomar medidas corretivas contra as inundações dos córregos. Obras caras de desassoreamento são feitas, o rio é retificado no seu traçado. Para isso são necessárias providências de desapropriação e remoção

de habitantes, pois os fundos de vale estão parcialmente ocupados por edificações e favelas. O bairro prospera e os últimos lotes são oupados. Aumenta-se ainda uma vez mais a impermeabilização da área, e o córrego, aumentadas mais suas vazões, com novas enchentes, começa a inundar novas áreas.

Aí o Poder Público (leia-se recursos públicos) intervém mais uma vez, e o córrego tem sua caixa aumentada, sendo então canalizado em galerias de concreto armado.

Face a todas as obras, as águas escoam agora facilmente e rapidamente na área.

Quando tudo parecia resolvido, começa-se a lotear uma área a jusante de nossa área em estudo, e tudo começa outra vez, com o agravante de que o rio tem um outro comportamento. Ele ficou nervoso e sensível, pela impermeabilização da área a montante, e pela retificação e canalização do seu traçado, ele agora reage rapidamente às chuvas. Suas vazões de enchente crescem rapidamente em relação à situação prévia à época da implantação do loteamento.

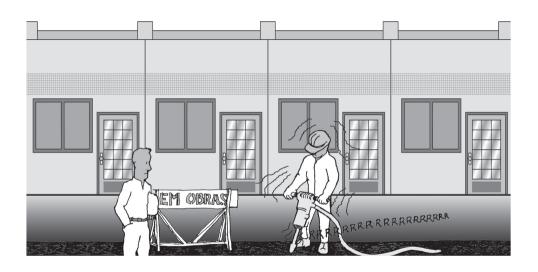
Com a área totalmente urbanizada, nota-se uma coisa curiosa. Mesmo nos meses secos há águas correndo pelas galerias pluviais.

Como o loteamento não tem rede de esgoto, os esgotos sanitários correm pelas sarjetas, entram nas bocas de lobo e chegam aos córregos.

Aí se projeta a rede de esgotos sanitários.

A rede de esgotos sanitários encontra, pois, uma situação de fato:

- as ruas já existem e estão pavimentadas;
- já existem galerias pluviais cujo eventual remanejamento seria custoso;
- os fundos de vale, parcialmente ocupados, não deixaram locais fáceis para passagem das canalizações de esgoto.



Não há dúvida de que essa rede de esgotos a implantar será agora muito mais cara que a rede de esgotos que se poderia ter tido ao projetar o loteamento, já com essa melhoria.

E a história continua por aí...

Veja no Anexo E, numa criação do Arq. Angelo Salvador Filardo Jr., a recriação dessa história utilizando uma nova linguagem plástica.



Clique aqui e:

Veja na loja

Águas de Chuva

Engenharia das águas pluviais nas cidades

4ª edição revista e ampliada

Manoel Henrique Campos Botelho

ISBN: 9788521212270

Páginas: 344

Formato: 17x24 cm

Ano de Publicação: 2017

Peso: 0.565 kg